



MANHÃ

# PSICÓLOGO POLICIAL CIVIL

TIPO 2 – VERDE

**Atenção:** a frase a seguir deverá ser transcrita no espaço reservado do seu cartão de resposta, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas.

Tenho em mim todos os sonhos do mundo.



## SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;



## TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



## INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

1

Assinale a frase que mostra **problemas** de correção com o emprego do acento grave indicativo da crase.

- (A) Os sábios dizem que a vossa luz se apagará um dia, disseram os vagalumes às estrelas. Estas, porém, não responderam nada.
- (B) Fique atento à tartaruga; ela faz progresso apenas quando estica o pescoço.
- (C) Se achares três reais leva-os à polícia; se achares três mil reais, leva-os a um banco.
- (D) Às vezes, só uma mudança de ponto de vista é suficiente para transformar uma obrigação numa interessante oportunidade.
- (E) Dinheiro é igual à táxi: quando você mais precisa, ele não aparece.

2

O célebre cientista Lineu disse certa vez:

*“A natureza é um imenso dicionário!”*

A comparação entre a natureza e o dicionário se justifica por duas marcas, que são:

- (A) a quantidade e a variedade.
- (B) a dificuldade e a necessidade.
- (C) a necessidade e a precariedade.
- (D) a precariedade e a quantidade.
- (E) a variedade e a dificuldade.

3

Muitas frases são construídas tendo por base outras frases famosas; entre as que estão abaixo, assinale aquela que está isenta dessa intertextualidade.

- (A) Repolho não pensa. Logo, não existe.
- (B) O céu é o pão de cada dia dos olhos.
- (C) A Terra é o provável paraíso perdido.
- (D) Antes um pássaro a voar que dois na mão.
- (E) A mosca é o termômetro da higiene.

4

Assinale a frase em que a locução sublinhada foi corretamente substituída por um só vocábulo.

- (A) O manancial desaprova quase sempre o itinerário do rio. / pluvial.
- (B) A felicidade ou a infelicidade dos homens depende tanto de seus humores quanto de sua sorte. / masculina.
- (C) Basta um minuto para fazer um herói; mas é necessária uma vida inteira para fazer um homem de bem. / benevolente.
- (D) Nas situações de crise lembra-te de que deves conservar tranquila a tua cabeça. / críticas.
- (E) A liberdade do outro amplia a minha. / altruísta.

5

Observe a seguinte frase:

*“Os deuses fizeram o campo mais esplendidamente e melhor que tudo.”*

Assinale a opção correta sobre as propostas de mudanças nessa frase.

- (A) Se reescrevêssemos essa frase, iniciando-a pelo substantivo “campo”, sua forma adequada seria: “O campo, os deuses o fizeram mais esplendidamente e melhor que tudo.”
- (B) Se colocarmos “campo” no plural, a forma do vocábulo “melhor” deve modificar-se para “melhores”.
- (C) O vocábulo “melhor” poderia ser corretamente substituído por “mais bom”.
- (D) A forma verbal “fizeram” poderia ser substituída convenientemente pela forma “construíram” de sentido mais específico.
- (E) Se trocarmos “mais esplendidamente” por “da forma mais esplêndida”, o vocábulo “mais” muda de classe gramatical.

6

As opções abaixo mostram textos compostos de dois segmentos, separados por uma barra inclinada.

Assinale a relação lógica entre esses segmentos que está corretamente indicada.

- (A) A cidade não é uma selva de concreto; / é um zoológico humano. – Relação de comparação.
- (B) Não acuses a natureza. / Ela fez a parte dela. – Relação de explicação.
- (C) Há boas razões para proteger a Terra. / É o modo mais seguro de prolongar a lucratividade. – Relação de conclusão.
- (D) O sol não ganharia nada em beleza / se aparecesse somente uma vez ao ano. – Relação de concessão.
- (E) Vamos deixar a natureza seguir seu caminho; / ela entende do negócio melhor do que nós. – Relação de causa e consequência.

7

Observe, sob o ponto de vista argumentativo, a seguinte frase:

*“A cidade não é uma selva de concreto; é um zoológico humano.”*

A afirmativa correta sobre a estruturação argumentativa dessa frase é:

- (A) a tese do texto é a de que a cidade não é uma selva de concreto.
- (B) o argumento que apoia a tese se baseia no bom-senso.
- (C) a tese do texto é apresentada sem qualquer argumento que a suporte.
- (D) a argumentação do texto se utiliza do método dedutivo.
- (E) o argumentador apela para a intimidação do leitor.

8

Todas as frases abaixo foram retiradas de um dicionário de citações e quatro delas apresentam erros relacionados à norma culta da língua portuguesa.

Assinale a única frase correta.

- (A) Só se pode vencer a natureza obedecendo-a.
- (B) Os rios são caminhos que marcham por si só.
- (C) Todas as especulações são cinzas, meu amigo, mas a árvore de ouro da vida é eternamente verde.
- (D) Destaca-se e viverás.
- (E) Toda a vida é sonho e os sonhos, sonhos são.

9

Em todos os fragmentos textuais abaixo há processos de retomada dos termos sublinhados; assinale a frase em que o processo é realizado por uma classe gramatical **diferente** das demais.

- (A) Não acuses a natureza. Ela já fez a parte dela.  
 (B) Graças a Deus o sol já se pôs, e não tenho mais de sair para aproveitá-lo.  
 (C) Considerai como crescem os lírios do campo; eles não trabalham nem fiam.  
 (D) Os moradores dos campos são melhores que os das cidades.  
 (E) Quando um homem não observa a natureza, sempre crê poder melhorá-la.

10

As frases a seguir mostram a modificação de uma forma reduzida para uma forma de oração desenvolvida; assinale a opção em que essa modificação foi feita de forma adequada.

- (A) Há boas razões para proteger a Terra. / Há boas razões para que protegêssemos a Terra.  
 (B) Quando um homem não observa a natureza, sempre crê poder melhorá-la. / Quando um homem não observa a natureza, sempre crê que possa melhorá-la.  
 (C) É impossível ensinar um gato a não pegar passarinhos. / É impossível ensinar um gato a que não pegasse passarinhos.  
 (D) Sirvo-me de animais para instruir os homens. / Sirvo-me de animais para a instrução dos homens.  
 (E) A natureza não nos permitiu conhecer o limite das coisas. / A natureza não nos permitiu que conheçamos o limite das coisas.

## Raciocínio Lógico

11

Considere 4 cidades distintas  $C_1$ ,  $C_2$ ,  $C_3$  e  $C_4$ . Entre quaisquer duas dessas cidades, há um único caminho que as conecta, exceto entre as cidades  $C_2$  e  $C_4$ , entre as quais não há caminho. Assim, ao todo, são 5 caminhos: um que conecta  $C_1$  e  $C_2$ , um que conecta  $C_1$  e  $C_3$ , um que conecta  $C_1$  e  $C_4$ , um que conecta  $C_2$  e  $C_3$  e um que conecta  $C_3$  e  $C_4$ .

Utilizando-se apenas esses caminhos, é possível fazer um passeio que começa e termina em uma dessas 4 cidades. Nada impede que um passeio passe mais de uma vez por uma mesma cidade.

O tamanho do passeio é dado pelo número de caminhos percorridos desde a cidade de origem até a cidade de destino.

A quantidade de passeios distintos de tamanho 3 que começam na cidade  $C_1$  e terminam na cidade  $C_4$  é

- (A) 3.  
 (B) 4.  
 (C) 5.  
 (D) 6.  
 (E) 7.

12

Em uma lista unimodal formada por 6 números, a mediana é 8 e o maior valor é 11, que também é a moda.

O maior valor possível para a média aritmética dos integrantes dessa lista é um número entre

- (A) 7,7 e 7,8.  
 (B) 7,8 e 7,9.  
 (C) 7,9 e 8,0  
 (D) 8,0 e 8,1.  
 (E) 8,1 e 8,2.

13

Considere as seguintes proposições lógicas referentes aos colaboradores da empresa X:

$p$ : se o colaborador tem salário mensal de, pelo menos, R\$ 5.000,00, então está lotado no departamento Y da empresa X.

$q$ : todos os colaboradores lotados no departamento Y da empresa X possuem, ao menos, uma graduação.

Dado que  $(\sim p) \vee (\sim q)$  tem valor lógico falso, pode-se concluir que

- (A) qualquer colaborador da empresa X que possua graduação tem salário mensal de, pelo menos, R\$ 5.000,00.  
 (B) qualquer colaborador da empresa X que esteja lotado no departamento Y tem salário mensal de, pelo menos, R\$ 5.000,00.  
 (C) há colaboradores da empresa X que possuem graduação e não estão lotados no departamento Y.  
 (D) colaboradores que não possuem graduação têm salário mensal abaixo de R\$ 5.000,00.  
 (E) há colaboradores da empresa X que estão lotados no departamento Y e não têm salário de, pelo menos, R\$ 5.000,00.

14

Considere a sequência de números inteiros  $\{a_n\}$  em que  $n$  é um número inteiro e positivo que indica a posição do número  $a_n$  na sequência. Cada um dos números da sequência é calculado da forma

$$a_n = 2^n + 5 \times (-1)^{n-1}$$

Em relação a essa sequência numérica, é correto afirmar que

- (A) não há números pares.  
 (B) todos os números são menores que o seu sucessor.  
 (C) não há números negativos.  
 (D) a diferença entre quaisquer dois números consecutivos é sempre a mesma.  
 (E) há repetição de números.

15

Certa quantia em reais foi repartida entre Ana, Bia e Cida de modo que cada uma delas recebeu, respectivamente, partes inversamente proporcionais a 2, 3 e 5. Depois de feita a partilha, Cida deu tudo o que havia recebido para Bia que, após essa doação, terminou com R\$ 320,00 a mais do que Ana.

A quantia originalmente repartida entre elas foi

- (A) R\$ 9.930.  
 (B) R\$ 9.920.  
 (C) R\$ 9.910.  
 (D) R\$ 9.900.  
 (E) R\$ 9.890.

## Legislação Institucional

16

Ao analisar as questões atinentes à hierarquia, no âmbito do Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, à luz do disposto na Lei nº 6.843/1986, Bernadete concluiu corretamente que

- (A) a carreira de agente da polícia civil é hierarquicamente superior à de psicólogo da polícia civil.
- (B) não há hierarquia no bojo atividade policial, na medida em que essa se revela incompatível com suas características e finalidades.
- (C) a estrutura hierárquica constitui valor moral e técnico-administrativo e é instrumento de controle e eficácia dos atos operacionais.
- (D) a designação para funções de direção, chefia e assessoramento não precisa respeitar a hierarquia, ainda que a sua observância seja possível.
- (E) os psicólogos da polícia civil devem cumprir as determinações dos superiores hierárquicos, ainda que em importem em violação de consciência e de convencimento técnico ou científico fundamentado.

17

Demétrio foi aprovado em todas as fases do concurso público de psicólogo da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Diante da sua excelente classificação, dentro do número de vagas previsto no edital, ele decidiu rememorar as normas atinentes à respectiva investidura, à luz do disposto na Lei nº 6.843/1986, passando a afirmar corretamente que

- (A) a nomeação é o ato que completará a sua investidura no cargo em questão.
- (B) caso não venha a tomar posse no prazo de quinze dias após a sua nomeação, ele deverá ser exonerado do cargo.
- (C) o efetivo exercício da atividade deve ocorrer trinta dias após a sua nomeação, sob pena dessa ser tornada sem efeito.
- (D) após a sua posse, inicia o prazo de quinze dias para demonstrar que não exerce outro cargo ou função pública, mediante declaração, salvo nas hipóteses de acumulação legal.
- (E) o prazo previsto na aludida norma para a sua posse pode ser prorrogado, no máximo, por mais 30 (trinta) dias, pela autoridade competente para tanto, a requerimento do interessado ou, em caso de doença, enquanto durar o impedimento.

18

Após ser regularmente investido no cargo de psicólogo da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, Fabrício decidiu rever as normas atinentes à respectiva jornada de trabalho, sendo certo que, em relação às escalas de plantão previstas na Lei nº 16.774/2015, verificou que a autoridade competente

- (A) poderá determinar que o policial civil seja utilizado em escala de plantão diversa daquela que está cumprindo antes mesmo de sua folga regulamentar.
- (B) não poderá implementar escalas de plantão diversas daquelas estabelecidas em lei, nem mesmo para evento específico e por tempo determinado, mediante determinação do Delegado Geral da polícia civil.
- (C) poderá estabelecer as escalas de acordo com os parâmetros legais, ainda que não proporcione aos policiais ao menos 1 (um) fim de semana de folga por mês.
- (D) não poderá definir dobra da escala, exceto para atender a situações excepcionais que exijam dedicação contínua ao trabalho.
- (E) poderá consentir que o policial que se ausente do plantão de forma justificada usufrua das horas de descanso subsequentes.

19

Ao compulsar a Lei Complementar nº 741/2019, Estefânia observou que a Administração Pública Direta do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina é constituída pelos órgãos especificados na mencionada norma.

Entre tais órgãos destaca-se

- (A) a Secretaria de Estado da Administração (SEA).
- (B) a Fundação Escola de Governo (ENA).
- (C) o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA).
- (D) a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC).
- (E) o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC).

20

Henriete é psicóloga da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e estava conversando com seu amigo Gerard, que é servidor em estágio probatório de cargo efetivo da Administração Indireta do mencionado ente federativo, acerca da viabilidade de formalização de ajustamento de conduta em relação a faltas cometidas pelos agentes públicos de tal Estado, à luz do disposto na Lei Complementar nº 491/2010.

Nesse contexto, ambos concluíram corretamente que

- (A) não é possível a opção pelo ajustamento de conduta, diante da ausência de previsão específica para tanto.
- (B) Gerard não poderia formalizar o ajustamento de conduta, considerando que ainda está em estágio probatório.
- (C) para fins de determinação de ajustamento de conduta não é relevante o histórico do servidor que lhe abone a conduta precedente.
- (D) a autoridade competente poderá optar pelo ajustamento de conduta nas infrações puníveis com repreensão, advertência, suspensão de até 60 (sessenta dias) ou demissão simples.
- (E) a opção pelo ajustamento de conduta não poderá ser registrada nos assentamentos funcionais, ainda que para impedir que o agente seja novamente beneficiado por tal medida alternativa.

## Noções de Direito Penal

21

Janaína, viúva, mãe de quatro filhos, desempregada e sem dinheiro para comprar comida, passava por uma loja de frutas e verduras quando percebeu que havia uma cesta de maçãs que se projetava para o lado de fora da loja. Janaína subtraiu quatro daquelas frutas para dar a seus filhos, ocasião em que foi presa pelo vendedor que a tudo observava pelas câmeras de segurança. Nestas circunstâncias, assinale a alternativa que melhor descreve a situação jurídico-penal de Janaína.

- (A) Janaína cometeu furto tentado.
- (B) Janaína cometeu roubo consumado.
- (C) Janaína está amparada por estado de necessidade.
- (D) Janaína agiu em legítima defesa.
- (E) Janaína praticou estelionato.

22

Relacione o princípio com a afirmativa com ele compatível:

1. Princípio da legalidade
  2. Princípio da intervenção mínima
  3. Princípio da culpabilidade
  4. Princípio da humanidade
- ( ) Este princípio também é chamado de *ultima ratio*, implica na limitação do poder punitivo do Estado, segundo o qual a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de um determinado bem jurídico.
- ( ) De acordo com este princípio, é vedada a responsabilidade objetiva no direito penal.
- ( ) A ninguém pode ser imposta uma pena que não esteja prevista em lei.
- ( ) São vedadas penas que violem a dignidade humana.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 4 – 3 – 2 – 1.
- (C) 2 – 3 – 4 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1 – 4.
- (E) 2 – 3 – 1 – 4.

23

O portal G1 publicou a seguinte notícia no dia 16/11/2023:

**“Um empresário foi preso suspeito de estuprar a própria neta, de apenas 4 anos (...).”**

*A prisão foi feita na última terça-feira (14). A PM informou que a mãe da criança contou aos policiais que atenderam a ocorrência, que a filha ficava sob os cuidados do avô enquanto trabalhava, e que na última terça-feira, a criança relatou os abusos que sofria.”*

(<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/11/16/empresario-e-presosuspeito-de-estuprar-neta-enquanto-a-mae-da-menina-trabalhava.ghtml>)

De acordo com o ordenamento penal brasileiro, é correto afirmar que

- (A) o fato não é crime por ter sido praticado por avô.
- (B) é um crime em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- (C) trata-se de hipótese de feminicídio.
- (D) a mãe responde pelo crime de abandono material.
- (E) o avô cometeu adultério.

24

João foi convidado por Murilo para fornecer comida para um grupo de sequestradores durante o período em que a vítima, Marcela, ficaria em cativeiro. Segundo o convite de participação feito por Murilo, o grupo de criminosos pretendia manter a vítima sequestrada até a obtenção de um preço de resgate ou no máximo por uma semana, ocasião em que a libertariam mesmo sem obtenção da vantagem almejada.

De qualquer forma, seria necessário alimentar todos os sequestradores e a vítima durante este período. Para isso, Murilo pagaria R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia a João, independentemente de o preço de resgate ser efetivamente recebido. João aceitou o convite e forneceu a comida conforme combinado. No entanto, durante o sequestro, os criminosos acabaram matando a vítima Marcela porque sua família não pagou o preço de resgate.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) João não responderá por crime algum porque fornecer comida não é um ato criminoso.
- (B) João responderá pelo sequestro e pela morte de Marcela com a mesma pena que todos os sequestradores.
- (C) João responderá pelo sequestro e pela morte de Marcela, mas com a pena reduzida no que se refere ao resultado morte.
- (D) João responderá pelo sequestro, mas não responderá pela morte.
- (E) João responderá pelo sequestro e pela morte na forma culposa.

25

Em meio a uma discussão sobre o estacionamento de carros no seu prédio, Nestor, motivado por conhecer a orientação sexual de seu vizinho, ofendeu seu desafeto, chamando-o de “veadinho”. Diante do fato, marque a opção que melhor descreve a tipificação da conduta de Nestor, diante das regras do direito penal brasileiro.

- (A) Injúria com preconceito, Art. 140, §3º do Código Penal.
- (B) Injúria por motivo de discriminação ou preconceito, Art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989.
- (C) Calúnia, Art. 138 do Código Penal.
- (D) Difamação, Art. 139 do Código Penal.
- (E) Constrangimento ilegal, Art. 146 do Código Penal.

26

Durante a Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016, o nadador estadunidense Ryan Lochte comunicou à polícia civil ter sofrido um assalto após uma festa. O roubo efetivamente não aconteceu e, posteriormente, foi verificado que o atleta realizou a comunicação a Delegacia de Atendimento ao Turista para justificar estar chegando tarde à Vila Olímpica.

A hipótese em que alguém comunica à polícia um crime que sabe não ter acontecido é tipificado pela lei penal brasileira como

- (A) comunicação falsa de crime, Art. 340 do Código Penal.
- (B) denúncia caluniosa, Art. 339 do Código Penal.
- (C) calúnia, Art. 138 do Código Penal.
- (D) autoacusação falsa, Art. 341 do Código Penal.
- (E) falso testemunho, Art. 342 do Código Penal.

**27**

Paula dava orientações, em seu ambiente de trabalho, a seu subordinado André. Ao final das orientações, André respondeu: “pode deixar comigo” e apalpou as nádegas de Paula. Revoltada, Paula foi à delegacia fazer um registro da ocorrência.

Assinale a opção que melhor tipifica a conduta de André.

- (A) Estupro, Art. 213 do Código Penal.
- (B) Assédio Sexual, Art. 261-A do Código Penal.
- (C) Importunação sexual, Art. 215-A do Código Penal.
- (D) Não é uma conduta típica.
- (E) Estupro de vulnerável, Art. 217-A do Código Penal.

**28**

Com relação às penas previstas no Código Penal, analise as seguintes afirmações:

- I. A multa não é uma pena.
- II. O trabalho do preso será sempre remunerado, salvo quando for condenado a trabalhos forçados.
- III. O tempo de prisão provisória no estrangeiro computa-se na pena privativa de liberdade.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) III.
- (C) I.
- (D) II e III.
- (E) II.

**29**

Com relação à Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, analise as seguintes afirmações:

- I. Militares não estão sujeitos à Lei de Abuso de Autoridade.
- II. A condenação por crimes de Abuso de Autoridade previstos na Lei nº 13.869/2019 implica, automaticamente, a perda do cargo, do mandato ou da função pública.
- III. Determinar a condução coercitiva de investigado sem sua prévia intimação para comparecimento em juízo configura crime de Abuso de Autoridade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

**30**

Com relação ao crime doloso e ao crime culposo, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) O agente que deu causa ao resultado por negligência, responderá por culpa, ainda que não haja previsão de crime culposo.
- ( ) A lei brasileira considera crime doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- ( ) A imprudência caracteriza o agir culposo, mas a imperícia implica o agir doloso.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – F.

## Noções de Direito Processual Penal

**31**

João ingressou com uma queixa-crime, no contexto das ações penais de iniciativa privada, em face de Jonas, ao argumento de que o último o teria injuriado. Nada obstante, no curso da persecução penal em juízo, João perdoou o querelado, com a aceitação do último. Com efeito, houve a extinção de punibilidade e o encerramento do processo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o perdão de João, no curso da relação processual, é uma manifestação do princípio da

- (A) oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.
- (B) transcendência da ação penal de iniciativa privada.
- (C) disponibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (D) divisibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (E) oficialidade da ação penal de iniciativa privada.

**32**

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de João, pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável. Por ocasião da audiência de instrução e julgamento, o órgão ministerial demonstrou o interesse em ouvir, como testemunhas de acusação, Maycon e Wallace, os quais são, respectivamente, pai e irmão do acusado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) Maycon, por ser pai do acusado, está proibido de depor; por sua vez, Wallace, em razão do vínculo de parentesco com o réu, pode se recusar a depor, salvo se não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
- (B) Maycon e Wallace podem se recusar a depor, em razão do vínculo de parentesco com o acusado, salvo se não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
- (C) Maycon, por ser pai do acusado, está proibido de depor; por sua vez, Wallace não pode se eximir da função de depor, prestando o compromisso legal de dizer a verdade.
- (D) Maycon e Wallace não podem se eximir da função de depor, prestando o compromisso legal de dizer a verdade.
- (E) Maycon e Wallace estão proibidos de depor, em razão do vínculo de parentesco com o acusado.

**33**

João, Delegado de Polícia, representou pela decretação da prisão temporária de Tício, ao argumento de que o último teria praticado um crime de homicídio triplamente qualificado em detrimento de sua companheira.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.960/1989 sobre a prisão temporária, é correto afirmar que

- (A) decretada a prisão temporária e decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.
- (B) para além da possibilidade de representação pela autoridade policial, a prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz ou mediante requerimento do Ministério Público.
- (C) a decisão que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentada e prolatada dentro do prazo de cinco, contados a partir do recebimento da representação.
- (D) decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em uma via, que será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.
- (E) o prazo da prisão temporária inicia-se no dia seguinte à data do cumprimento do mandado de prisão.

**34**

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Tício, ao argumento de que este, no dia 11 de novembro de 2023, praticou o crime de tráfico de drogas. Ao tomar ciência dos fatos, o denunciado contratou Matheus, advogado, para patrocinar os seus interesses no âmbito da persecução penal. Por ocasião da audiência de instrução e julgamento, Tício foi interrogado. Na sequência, foram ouvidos os policiais militares, testemunhas de acusação, que o capturaram em flagrante. Por fim, procedeu-se à oitiva de testemunhas de defesa.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o juiz agiu

- (A) corretamente, porquanto a instrução processual é ato processual presidido pelo Magistrado, cabendo ao último definir a ordem de inquirição das testemunhas e do acusado, de forma a prestigiar os princípios constitucionais da razoável duração do processo e da eficiência.
- (B) incorretamente, porquanto a instrução processual deve ser iniciada com a oitiva das testemunhas de defesa e da acusação, respectivamente, passando-se, na sequência, ao interrogatório do acusado.
- (C) incorretamente, porquanto a instrução processual deve ser iniciada com a oitiva das testemunhas de acusação e da defesa, respectivamente, passando-se, na sequência, ao interrogatório do acusado.
- (D) corretamente, porquanto a instrução processual deve ser iniciada com o interrogatório do acusado, passando-se, na sequência, à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa, respectivamente.
- (E) incorretamente, porquanto a instrução processual deve ser iniciada com o interrogatório do acusado, passando-se, na sequência, à oitiva das testemunhas da defesa e da acusação, respectivamente.

**35**

Joana foi vítima de um crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo. Abalada com a situação vivenciada, e buscando justiça, a ofendida contratou os serviços de um advogado, para que este atuasse como assistente de acusação na persecução penal processual deflagrada pelo Ministério Público em detrimento do suposto autor do fato.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) o processo prosseguirá independentemente de nova intimação do assistente, quando este, intimado, deixar de comparecer a qualquer dos atos da instrução ou do julgamento, sem motivo de força maior devidamente comprovado.
- (B) o juiz, desde que exista a concordância do Ministério Público, decidirá acerca da realização das provas propostas pelo assistente.
- (C) o assistente será admitido enquanto não proferida a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.
- (D) o Ministério Público e a defesa técnica serão ouvidos previamente sobre a admissão do assistente.
- (E) da decisão que admitir, ou não, o assistente, caberá a interposição de recurso em sentido estrito.

**36**

Após ser cientificado sobre a ocorrência de um crime de homicídio, João, perito da Polícia Civil, compareceu ao local dos fatos e, de plano, distinguiu um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a atuação de João caracteriza a seguinte etapa na cadeia de custódia das provas:

- (A) acondicionamento.
- (B) reconhecimento.
- (C) processamento.
- (D) isolamento.
- (E) fixação.



**37**

Tício foi preso em flagrante pela prática do crime de furto qualificado pelo concurso de pessoas. Por ocasião da audiência de custódia, o agente foi colocado em liberdade, mediante o pagamento de R\$ 2.000,00 à guisa de fiança, em observância às formalidades legais previstas no Código de Processo Penal. Nada obstante, no curso da ação penal deflagrada em seu desfavor, Tício, regularmente intimado, deixou de comparecer, sem motivo justo, a um determinado ato processual.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a conduta de Tício caracteriza uma hipótese de:

- (A) quebração de fiança, importando na perda da totalidade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.
- (B) cassação de fiança, importando na perda da totalidade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.
- (C) quebração de fiança, importando na perda de metade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.
- (D) cassação de fiança, importando na perda de metade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.
- (E) caducidade de fiança, importando na perda da totalidade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.

**38**

Caio e Matheus, policiais militares, foram orientados, pelo superior hierárquico, para que realizassem patrulhamento de rotina na região XYZ do Município Alfa. Ao se dirigirem ao local, os agentes da lei, por coincidência, depararam com Tício apontando uma faca para Maria e exigindo-lhe a entrega de um telefone celular. Desta forma, os policiais militares capturaram Tício em flagrante e, na sequência, o encaminharam à Delegacia de Polícia.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que se está diante de um flagrante

- (A) preparado.
- (B) impróprio.
- (C) esperado.
- (D) próprio.
- (E) forjado.

**39**

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Tício, em razão da prática de um crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo em detrimento de João. Na data designada para a audiência de instrução e julgamento, a vítima, um particular que presenciou os fatos (testemunha de acusação) e o acusado, embora regularmente intimados, deixam de comparecer, injustificadamente, ensejando a redesignação do ato processual.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o juiz poderá determinar a condução coercitiva

- (A) da vítima e do acusado, para que compareçam à próxima audiência designada. Contudo, não se admite a condução coercitiva da testemunha de acusação.
- (B) da vítima e da testemunha de acusação, para que compareçam à próxima audiência designada. Contudo, não se admite a condução coercitiva do acusado.
- (C) do acusado, para que compareça à próxima audiência designada. Contudo, não se admite a condução coercitiva da vítima e da testemunha de acusação.
- (D) da vítima, da testemunha de acusação e do acusado, para que compareçam à próxima audiência designada.
- (E) da testemunha de acusação e do acusado. Contudo, não se admite a condução coercitiva da vítima.

**40**

João, Delegado de Polícia, instaurou um inquérito policial, visando a apurar a suposta prática do crime de tráfico de drogas por Tício. Na mesma data, mas em outro procedimento investigatório, a autoridade policial indiciou Caio por ter praticado o delito de associação para o tráfico. Registre-se que Tício se encontra em liberdade e Caio está preso preventivamente em razão da investigação em curso.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, é correto afirmar que os inquéritos policiais deflagrados em face de Tício e Caio deverão se encerrar, respectivamente, nos prazos de

- (A) 15 dias e 45 dias, sendo certo que os prazos poderão ser prorrogados por até 30 dias pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.
- (B) 10 dias e 30 dias, sendo certo que os prazos poderão ser prorrogados por até 30 dias pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.
- (C) 30 dias e 90 dias, sendo certo que os prazos poderão ser prorrogados por até 30 dias pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.
- (D) 10 dias e 30 dias, sendo certo que os prazos poderão ser duplicados pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.
- (E) 30 dias e 90 dias, sendo certo que os prazos poderão ser duplicados pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.

## Criminologia

41

Os processos de criminalização indicam a seletividade do sistema penal.

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) cabe à polícia a criminalização primária, por ser a primeira a se deparar com o crime.
- (B) os processos de criminalização são atribuição do Poder Judiciário, que é, em última análise, a instituição que decide.
- (C) a criminalização primária consiste no ato legislativo de criação de tipos penais.
- (D) a criminalização terciária é realizada pelas próprias organizações criminosas no chamado Tribunal do Crime.
- (E) a criminalização secundária consiste no ato legislativo de aumentar as penas para os crimes já existentes.

42

Sobre o processo compreendido como revitimização ou vitimização secundária, analise as afirmativas a seguir.

- I. Configura hipótese de revitimização a atitude do policial que ao atender a vítima de um crime sexual procura saber se a vítima estava bêbada.
- II. Não configura caso de revitimização o ato de a defesa do acusado de crimes sexuais acusar a vítima de agir de forma provocativa, diante do princípio da ampla defesa.
- III. Não configura revitimização questionar à vítima se ela se dispunha a satisfazer os desejos sexuais do seu marido para aferir se houve ou não crime sexual no âmbito das relações domésticas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

43

Relacione a Escola Criminológica com a afirmativa com ele compatível:

- 1. Escola Clássica
- 2. Escola Positivista
- 3. Escola de Chicago
- ( ) É fundada no livre-arbítrio, portanto o crime é fruto de uma decisão de seres racionais.
- ( ) Também chamada de ecologia criminal, é uma das mais importantes escolas do consenso da sociologia criminal.
- ( ) É fundada no determinismo, no estudo do delinquente, utiliza-se do método empírico. Seu principal expoente foi Cesare Lombroso.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 3 – 2 – 1.
- (C) 1 – 3 – 2.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 1 – 2.

44

Sobre a Teoria do *Labeling Approach*, marque V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- ( ) Para a Teoria do *Labeling Approach*, a noção de crime e criminoso são construídas socialmente a partir da definição legal.
- ( ) *Labeling Approach* ou Teoria do Etiquetamento é aquela segundo a qual o criminoso já nasce marcado por características biológicas que o conduzem à prática criminosa.
- ( ) De acordo com a Teoria do *Labeling Approach* a ação das forças policiais e do Poder Judiciário em nada contribuem para a estigmatização criminal de certos grupos sociais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – V.

45

Os discursos punitivos variam de forma ampla, desde discursos punitivos apresentados como solução para os problemas da criminalidade, até compreensões no sentido de que o direito penal não atende a qualquer das finalidades a que se propõem.

A respeito dos discursos punitivos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Abolicionismo penal e direito penal mínimo têm o mesmo significado.
- (B) O direito penal do inimigo é uma teoria segundo a qual o direito penal não se aplica aos cidadãos, apenas aos estrangeiros.
- (C) Tolerância zero é uma política aplicada às autoridades que cometem crimes, já que pela sua posição de especial importância, não podem ser perdoadas.
- (D) O Abolicionismo penal se configura por defender a substituição do atual sistema penal por modelos de justiça menos radicais.
- (E) O direito penal mínimo defende a punição apenas de criminosos do colarinho branco.

## Noções de Direito Constitucional

46

Para apurar crime de responsabilidade de prefeito, procedimento foi instaurado pelo Ministério Público, a partir de documentos oriundos de autos de processo judicial e de precatório, para colher informações do próprio suspeito, eventualmente hábeis a justificar e legitimar o fato imputado.

Diante do exposto, é correto afirmar que o procedimento

- (A) é nulo, uma vez que o Ministério Público não tem poderes de investigação no caso de crime de responsabilidade de prefeito.
- (B) é válido, uma vez que a investigação no caso de crime de responsabilidade de prefeito é atribuição exclusiva do Ministério Público.
- (C) é nulo, uma vez que o Ministério Público não tem poderes de investigação, que é de exclusividade da Polícia Militar.
- (D) é nulo, uma vez que o Ministério Público não tem poderes de investigação, que é de exclusividade da Polícia Penal.
- (E) é válido, uma vez que a investigação criminal não é exclusividade da polícia e o Ministério Público dispõe de atribuição para promovê-la por prazo razoável.

47

O Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional dispositivo da Constituição do Estado Beta que instituiu quórum de 2/3 dos membros da Assembleia Legislativa para aprovação de projeto de emenda ao texto constitucional.

Diante do exposto, é correto afirmar que houve ofensa ao Princípio

- (A) da Isonomia.
- (B) da Simetria.
- (C) da Moralidade.
- (D) da Subsidiariedade.
- (E) da Impessoalidade.

48

Em processo administrativo, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) condenou determinada empresa por formação de cartel, se valendo de interceptações telefônicas emprestadas do processo penal, as quais foram consideradas ilícitas e declaradas nulas pelo Poder Judiciário.

Diante do exposto, é correto afirmar que

- (A) a condenação do CADE é válida, pois são admissíveis, em qualquer âmbito ou instância decisória, as provas declaradas ilícitas pelo Poder Judiciário.
- (B) a condenação do CADE não é válida, pois são inadmissíveis, em processos administrativos desta natureza, as provas emprestadas do processo penal, ainda que consideradas lícitas.
- (C) a condenação do CADE é válida, pois são admissíveis, em processos administrativos desta natureza, as provas declaradas ilícitas pelo Poder Judiciário.
- (D) a condenação do CADE não é válida, pois são inadmissíveis, em qualquer âmbito ou instância decisória, as provas declaradas ilícitas pelo Poder Judiciário.
- (E) a condenação do CADE é válida, em razão da impossibilidade de contaminação da prova que fundamentou a decisão administrativa, considerando haver separação entre os processos penal e administrativo.

49

Ana requereu, judicialmente, após demonstrada a hipossuficiência econômica, o fornecimento gratuito de medicamento sem registro na ANVISA, mas com importação autorizada por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Poder Público não pode ser obrigado, por decisão judicial, a fornecer a Ana medicamentos não registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), tendo em vista que o registro representa medida necessária para assegurar que o fármaco é seguro, eficaz e de qualidade.
- (B) O Direito à saúde é um direito social, mas não está previsto no rol de direitos fundamentais da Constituição e, portanto, não garante a Ana um direito subjetivo a receber do Estado um medicamento gratuito, uma vez que dependerá da discricionariedade administrativa do Poder Executivo.
- (C) Cabe ao Estado fornecer a Ana, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na ANVISA, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar autorizado.
- (D) O Direito à saúde é um direito fundamental, mas somente o mínimo existencial pode ser garantido a Ana, uma vez que a partir da reserva do possível, o fornecimento gratuito de medicamentos não está inserido no núcleo essencial do referido direito.
- (E) Cabe ao Estado fornecer a Ana todo medicamento gratuito que for necessário, mesmo que não possua registro na ANVISA, ainda que não comprovada a incapacidade econômica do paciente, uma vez que os direitos fundamentais previstos na Constituição têm dimensão objetiva e são garantidos a todos os indivíduos.

50

Lei Estadual do Estado Gama cria obrigação para empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água e de geração de energia elétrica, públicas ou privadas, de investir o equivalente a, no mínimo, 0,5% (meio por cento) do valor total da receita operacional na proteção e na preservação ambiental da bacia hidrográfica em que ocorrer a exploração, ali apurada no exercício anterior ao do investimento.

Diante do exposto, é correto afirmar que a referida lei

- (A) é inconstitucional, uma vez que há intervenção indevida do Estado no contrato de concessão da exploração do aproveitamento energético dos cursos de água, atividade de competência da União.
- (B) é constitucional, uma vez que é de competência comum contida em um sistema federativo maior, devendo haver cooperação entre União e os Entes federados.
- (C) é inconstitucional, uma vez que há intervenção indevida do Estado na atividade econômica privada, o que não é permitido pela Constituição.
- (D) é constitucional, pois se configura como parte de um sistema de controle e preservação ambiental, apta a fazer incidir a competência comum do Estado Membro.
- (E) é inconstitucional, uma vez que é competência do município, por ser de interesse local a matéria de serviços e concessionárias de abastecimento de águas.

## Noções de Direito Administrativo

51

Ao estudar certo ponto especificado no edital de concurso público para o cargo almejado, Galileu verificou que a doutrina administrativista costuma distinguir a polícia administrativa da polícia judiciária, vindo a concluir corretamente que

- (A) a polícia administrativa apenas pode ter natureza preventiva, na medida em que jamais tem conotação repressiva.
- (B) a polícia judiciária se exaure na função administrativa, não sendo necessária a via jurisdicional para a conclusão do escopo de aplicação da lei penal.
- (C) a polícia civil apenas pode exercer as atribuições relacionadas à polícia administrativa, mas não à polícia judiciária.
- (D) as medidas de polícia administrativa podem ser dotadas de autoexecutoriedade, na forma da lei, de modo que não será necessária a intervenção jurisdicional para colocá-las em prática.
- (E) todos os órgãos da Administração Pública que exercem polícia administrativa poderão exercer polícia judiciária, mesmo que não integrem a segurança pública.

52

Quitéria foi aprovada em concurso público e investida em certo cargo efetivo de determinada autarquia do Estado de Santa Catarina.

No âmbito da organização administrativa, é correto afirmar que Quitéria passou a integrar os quadros da Administração Pública

- (A) Indireta, sendo certo que a entidade administrativa em questão é pessoa jurídica de direito privado.
- (B) Direta, sendo certo que a entidade administrativa em questão é pessoa jurídica de direito privado.
- (C) Indireta, sendo certo que a entidade administrativa em questão é pessoa jurídica de direito público.
- (D) Direta, sendo certo que entidade administrativa em questão não tem personalidade Jurídica.
- (E) Indireta, sendo certo que a entidade administrativa em questão pode ser pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.

53

Existem elementos do ato administrativo que são vinculados, mesmo nas situações em que o ato é discricionário, de modo a viabilizar, inclusive, o controle jurisdicional de legalidade a ser exercido nesse último caso.

Entre tais elementos vinculados, destacam-se

- (A) competência e finalidade.
- (B) motivo e objeto.
- (C) objeto e competência.
- (D) finalidade e motivo.
- (E) competência e motivo.

54

Após ficar inconformado com uma reportagem que mencionava que determinado agente público não poderia perder o cargo senão em decorrência de sentença judicial transitada em julgado, diante da vitaliciedade assegurada pela Constituição, Ptolomeu decidiu entender melhor tal garantia, vindo a tomar conhecimento de que ela é adquirida após dois anos de exercício, apenas para os cargos especificados na Lei Maior, entre os quais é correto apontar o de

- (A) delegado de polícia.
- (B) promotor de justiça.
- (C) defensor público.
- (D) procurador do estado.
- (E) analista judiciário.

55

Zoé e Humberto foram aprovados no concurso público para o cargo de psicólogo da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e estavam debatendo sobre o dever de agir de acordo com a juridicidade no exercício das respectivas atribuições, o que deve ser compreendido como a necessidade de

- (A) respeitar estritamente as regras postas para a atuação administrativa, pois o princípio da legalidade se sobrepõe aos demais previstos no ordenamento.
- (B) atuar em consonância com o princípio da eficiência, a despeito de outros princípios consagrados no ordenamento para o exercício da função administrativa.
- (C) resguardar o princípio da segurança jurídica, que tem primazia sobre os demais princípios implícitos na Constituição no âmbito da atuação administrativa.
- (D) agir em consonância não só com a legalidade, mas também com os demais princípios do ordenamento, na medida em que a atuação administrativa se submete à lei e ao Direito.
- (E) impor o princípio da supremacia do interesse público, que deve prevalecer em relação aos demais princípios expressos na Constituição da República na atuação administrativa.

## Noções de Direitos Humanos

56

Em 2001, o Brasil foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos no caso *Maria da Penha Maia Fernandes versus Brasil*, por omissão em relação a crimes contra os Direitos Humanos das mulheres.

Em razão da condenação no plano internacional, em 2006, foi publicada a Lei nº 11.340, que trouxe mecanismos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Em 2022, em consonância com a lei nacional, foi editada no Estado de Santa Catarina a Lei Estadual nº 18.322, fortalecendo, ainda mais, a proteção dos direitos humanos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Acerca das formas de violência contra a mulher elencadas na Lei nº 18.322/22, é correto afirmar que

- (A) violência patrimonial é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- (B) violência obstétrica é todo ato praticado pelo médico, pela equipe do hospital, por um familiar ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período puerpério.
- (C) violência moral é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
- (D) violência psicológica é entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.
- (E) violência sexual é entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

57

A população preta e parda representa cerca de 56% dos moradores dos domicílios brasileiros, segundo dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora tais pessoas sejam parcela majoritária da população, o racismo estrutural ainda se faz presente, com sucessivas e constantes violações de direitos humanos, de forma individual ou coletiva.

Não por outro motivo, o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, indo ao encontro dos preceitos de promoção do bem de todos, igualdade e dignidade da pessoa humana, constitucionalmente consagrados.

Em 2004, a CRFB foi emendada, trazendo em seu artigo 5º, parágrafo 3º, previsão acerca da forma de internalização dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Nesse contexto, com base na lei e na jurisprudência das Cortes Superiores acerca da internalização dos tratados internacionais de Direitos Humanos, os status, no ordenamento jurídico brasileiro, da Convenção internacional e da Convenção Interamericana supramencionadas, são respectivamente de

- (A) ato normativo supraconstitucional e emenda constitucional.
- (B) ato normativo supralegal e lei em sentido estrito.
- (C) ato normativo infralegal e ato normativo supralegal.
- (D) ato normativo suprainternacional e ato normativo supraregional.
- (E) ato normativo supralegal e emenda constitucional.

58

O Supremo Tribunal Federal, na ADPF 347, reconheceu o estado inconstitucional de coisas vividas pelos estabelecimentos penitenciários brasileiros, caracterizado pela violação sistemática e maciça de direitos humanos, demandando atuação sinérgica e cumulativa dos órgãos públicos para solução do problema estrutural.

Tal situação fática afronta diretamente as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Nelson Mandela), que reconhecem o caráter aflitivo do encarceramento pelo próprio fato de haver restrição da autodeterminação decorrente da privação de liberdade, não podendo o sistema prisional agravar o sofrimento inerente a tal situação, salvo em ocasiões excepcionais.

Nesse sentido, considere as seguintes afirmações:

- I. As celas ou quartos destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um preso. Se, por razões especiais, tais como superlotação temporária, for necessário que a administração prisional central faça uma exceção à regra, não é recomendável que dois presos sejam alojados em uma mesma cela ou quarto.
- II. Deve ser exigido que o preso mantenha sua limpeza pessoal e, para esse fim, deve ter acesso à água e artigos de higiene, conforme necessário para sua saúde e limpeza.
- III. Todo preso deve receber da administração prisional, em horários regulares, alimento com valor nutricional adequado à sua saúde e resistência, de qualidade, bem preparada e bem servida. Todo preso deve ter acesso à água potável, durante as refeições, apenas.
- IV. Todo preso que não trabalhar a céu aberto deve ter pelo menos quatro horas diárias de exercícios ao ar livre, independente do clima e da época do ano.

Dos itens acima, os que transmitem corretamente as disposições das Regras de Nelson Mandela para tratamento de presos são:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

59

Joana, grávida de 8 meses, é recolhida a estabelecimento carcerário para cumprimento de pena privativa de liberdade já transitada em julgado.

No mês subsequente ao seu encarceramento, a apenada entra em trabalho de parto, sendo encaminhada para hospital público estadual para início dos procedimentos médicos.

Visando a evitar a fuga de Joana, o agente policial que a acompanhou tomou todas as cautelas necessárias, algemando-a na maca hospitalar durante todo o período em que ela esteve internada, inclusive durante o parto.

Nesse contexto, considerando as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas – Regras de Bangkok, é correto afirmar que o uso das algemas foi

- (A) correto, estando em consonância com a súmula vinculante 11 do STF, que prevê a possibilidade de utilização do instrumento de contenção nos casos de risco de fuga, inclusive durante o parto.
- (B) incorreto, vez que o trabalho de parto deveria ser realizado nas dependências da penitenciária por agentes policiais, dentro da cela da detenta, para evitar risco de fuga, o que dispensaria o uso de algemas.
- (C) incorreto, visto que os instrumentos de contenção jamais deverão ser usados em mulheres em trabalho de parto, durante o parto e nem no período imediatamente posterior.
- (D) correto, visto que a condição de detenta não é afastada pelo trabalho de parto, devendo sua locomoção ser restrita em todos os espaços que frequentar, no interesse da coletividade e nos limites da pena imposta.
- (E) incorreto, visto que é dever do estabelecimento penitenciário ter toda a estrutura ambulatorial e hospitalar dentro de suas dependências, com médicos de todas as especialidades e equipamentos modernos, aptos a realizar o procedimento de parto, com ou sem o uso de algemas.

60

A Constituição Federal de 1988 trouxe rígido mandado de criminalização para o crime de racismo, prevendo sua imprescritibilidade, inafiançabilidade e pena de reclusão.

Somado a isso, o Estado brasileiro é signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, reconhecendo o dever de serem adotadas medidas nacionais e regionais para promover e incentivar o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de todos os indivíduos e grupos, sem distinção de raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica.

Em matéria de discriminação racial, assinale a opção correta quanto aos conceitos trazidos pela Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

- (A) Discriminação múltipla ou agravada é qualquer preferência, distinção, exclusão ou restrição baseada, de modo concomitante, em dois ou mais dispositivos da lei penal do país signatário do tratado internacional, ou, ainda, com previsão de duas ou mais agravantes nesses mesmos dispositivos.
- (B) Racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade. O conceito de racismo não abarca a tese da superioridade racial, estando protegida pelo direito à liberdade de expressão.
- (C) Discriminação racial indireta é aquela que ocorre, em qualquer esfera da vida pública ou privada, quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico ou as coloca em desvantagem, a menos que esse dispositivo, prática ou critério tenha um objetivo ou justificativa razoável e legítima à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
- (D) Discriminação racial é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área, exclusivamente da vida pública, cujo propósito ou efeito seja anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais aplicáveis aos Estados Partes. A discriminação racial baseia-se unicamente nos elementos de raça e cor, não abrangendo ascendência ou origem nacional ou étnica.
- (E) Intolerância é um ato ou conjunto de atos ou manifestações que denotam desrespeito, rejeição ou desprezo à dignidade, características, convicções ou opiniões de pessoas por serem diferentes ou contrárias. A marginalização e a exclusão de grupos em condições de vulnerabilidade da participação em qualquer esfera da vida pública são indevidas, não se aplicando, contudo, o mesmo à esfera da vida privada, em razão do direito à liberdade de crença, de ideologia e de religião, desde que não envolva violência.

## Psicologia

61

O reconhecimento da ocorrência de violência contra crianças e adolescentes trouxe como consequência direta a necessidade de protegê-las.

Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. As relações de dominação e subordinação são naturalizadas histórica e socialmente por meio de discursos que defendem o uso da violência como estratégia educativa, prática que revela o processo multigeracional do fenômeno.
- II. As estratégias de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes devem visar a reparação dos danos causados pelos agressores haja vista se tratar de um fenômeno cuja causalidade é linear e de natureza individual.
- III. As consequências da violência para as vítimas variam de acordo com o apoio social e afetivo por elas obtidos após a ocorrência do ato violento, podendo, assim, atenuar os seus efeitos sobre as crianças e os adolescentes.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.  
(B) III.  
(C) I e II.  
(D) I e III.  
(E) II e III.

62

Baseado em boas práticas em entrevistas e em inúmeros estudos empíricos, o protocolo NICHHD é uma técnica muito usada ao redor do mundo na avaliação de casos de suspeita de abuso sexual infantil.

Faz parte das estratégias desse protocolo

- (A) a aplicação prévia de testes psicológicos para avaliação da memória e da linguagem para adequação do instrumento ao desenvolvimento cognitivo da criança.
- (B) a criação de um ambiente descontraído e de apoio na fase substantiva da entrevista para estabelecer o *rapport* entre a criança e o entrevistador.
- (C) a utilização de questões abertas como a principal estratégia de estimulação da evocação livre por parte da criança de acontecimentos da sua vida.
- (D) a opção prioritária por questões de múltipla escolha ou questões sugestivas para facilitar a evocação dos fatos pela criança e evitar distrações.
- (E) o cuidado em utilizar palavras diferentes das usadas pela criança e de evitar referência aos detalhes mencionados por ela para não contaminar as memórias referentes ao evento.

63

Muito embora o experimento social desenvolvido pelo psicólogo Stanley Milgram, em 1964, com imposição de choques elétricos, esteja sendo questionado atualmente, prêmios foram concedidos à pesquisa, pois se tratou de iniciativa pioneira para entender algumas das dinâmicas associadas ao nazismo.

Aquela experiência social buscou analisar

- (A) a tolerância à frustração.  
(B) o apego à figura materna.  
(C) a obediência à autoridade.  
(D) a inteligência adaptativa.  
(E) o estresse pós-traumático.

**64**

A autópsia psicológica nasceu como um procedimento para assessorar médicos forenses no curso de investigações de morte, especialmente em casos duvidosos. Atualmente, diversas publicações científicas discutem o uso da autópsia psicológica ou psicossocial como abordagem metodológica para a compreensão do fenômeno do suicídio.

Com relação a essa abordagem, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A autópsia psicológica contribui para a identificação de fatores de risco e correlatos sociodemográficos do suicídio, concorrendo para estruturar ações de prevenção e atendimento.
- II. São evitadas entrevistas com informantes da família a fim de prevenir novos suicídios provocados pelo sentimento de culpa.
- III. A autópsia psicológica é importante na dosimetria da pena do criminoso por considerar fatores como a intencionalidade, a premeditação e o potencial de reincidência no crime.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

**65**

João, de 13 anos, pichou a escola em que estuda, cometendo ato infracional. O ato infracional é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e se define como a conduta descrita como crime ou contravenção penal, quando praticada por criança ou por adolescente.

Diante das condutas de João podem ser aplicadas

- (A) penas restritivas de direito e de privação de liberdade.
- (B) penas de reparação de dano e medidas protetivas.
- (C) medidas socioeducativas e medidas protetivas.
- (D) pena de multa e medidas socioeducativas.
- (E) penas de prestação de serviços à comunidade e multa.

**66**

Assinale a opção que caracteriza um infanticídio.

- (A) A lesão corporal culposa ou danosa que atinja a integridade física de uma criança por qualquer pessoa.
- (B) A morte do filho pela mãe, durante o parto ou logo após, sob efeito do estado puerperal.
- (C) A morte de crianças até os sete anos por qualquer cuidador ou responsável.
- (D) O assassinato do filho pelos pais desde o parto até os cinco anos de idade.
- (E) A lesão corporal danosa que atinja a integridade física de uma criança por quem esteja responsável por ela.

**67**

Francisco, 80 anos, tem sequelas motoras e neurológicas de um AVC hemorrágico e é hoje um paciente acamado. Seu filho, Pedro, contraiu um empréstimo consignado na conta de aposentadoria do idoso e, com o recurso, adquiriu uma motocicleta e outros bens de consumo pessoal como relógios e roupas de marca.

Identifica-se aqui uma situação de

- (A) antecipação de herança.
- (B) violência financeira.
- (C) negligência patrimonial.
- (D) abuso psicológico.
- (E) interdição por incapacidade civil.

**68**

As primeiras pesquisas relacionadas à produção de falsas memórias começaram a ser desenvolvidas no final do século XIX, embora tenham se desdobrado na última década do século XX. Alguns trabalhos indicam que é possível criar erros de memória com recurso a perguntas sugestivas, alertando sobre a cautela durante os procedimentos interrogatórios, notadamente nos contextos policial e forense.

Assinale a afirmativa correta com relação ao fenômeno mnêmico.

- (A) A recordação é um processo reconstrutivo, guiado por esquemas mentais que funcionam como organizadores gerais preexistentes.
- (B) A memória funciona de forma similar a um sistema de vídeo que grava os acontecimentos permitindo que possamos revê-los tal como ocorreram.
- (C) Síndrome das Falsas Memórias é o termo utilizado para designar casos em que testemunhas de crimes deram falsos testemunhos induzidas pelo interrogatório policial.
- (D) Estudos indicam que os erros ou distorções de memória são apenas omissivos, ou seja, derivam do esquecimento do acontecimento.
- (E) As pesquisas demonstram que as distorções nas lembranças são sempre comissivas, ou seja, são produzidas pela interferência externa.

**69**

Danielle, 13 anos, fugiu de casa e foi encontrada por seus pais dias após, em companhia de André, um homem de 30 anos que ela havia conhecido pela Internet. Danielle resistiu em voltar para casa e afirmou que André era o homem de sua vida, com quem ela teria um filho.

De acordo com a legislação, trata-se aqui de caso de

- (A) relação consensual entre a adolescente e o namorado.
- (B) estupro de vulnerável.
- (C) exploração sexual mediante fraude.
- (D) crime de importunação sexual.
- (E) violência moral.



**70**

A legislação que trata da proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual traz uma preocupação com sua revitimização. Em casos de violência sexual, o seguinte cuidado pode ser tomado para evitar a revitimização:

- (A) tomar pelo menos dois depoimentos especiais a fim de garantir a fidedignidade da prova.
- (B) lavrar registro policial com a descrição dos fatos na presença da criança ou adolescente.
- (C) realizar a perícia física para a coleta de vestígios em todos os casos para descarte da ocorrência de fatos.
- (D) na inquirição das vítimas, criar estratégias para romper o silêncio, respeitado seu estágio de desenvolvimento.
- (E) coletar informação com o familiar ou acompanhante da criança ou do adolescente vítimas.

**71**

Emergindo como modelo alternativo às formas tradicionais de resolução de conflitos propostas pelo Judiciário, a Justiça Restaurativa

- (A) exige que o infrator receba uma punição por um crime proporcional e semelhante ao seu delito, seja pela privação de liberdade ou pagamento de multa.
- (B) prioriza o passado, pois foi o momento em que a ação ou a omissão delituosa aconteceu, sendo interesse do estado o direito de punir o autor do crime.
- (C) olha para o tripé vítima-ofensor-comunidade, visando a ajudar na superação do trauma pela vítima, a responsabilizar o ofensor pelo crime e a reparar o dano para a sociedade.
- (D) considera a culpa de forma individual, conduzindo o processo penal com base no Direito dogmático pelos operadores da jurídicos e as autoridades competentes.
- (E) cria a polarização entre infrator e vítima, onde a vítima atua como mero figurante do processo, enquanto o ofensor é representado pelo advogado.

**72**

Na perspectiva pós-estruturalista, gênero é entendido como

- (A) a forma que define a identidade biológica dos corpos humanos masculinos e femininos.
- (B) um dispositivo de poder que constitui algumas identidades, entre elas, as de mulher e de homem.
- (C) o elemento que descreve a personalidade e o comportamento do homem e da mulher.
- (D) uma parte do sistema binário sexo/gênero, que diferencia o que é biologicamente definido do que é socialmente construído.
- (E) estrutura biológica que diferencia e os corpos femininos e os masculinos.

**73**

O Brasil registra situações graves, que atingem sua população, tais como inundações, deslizamentos de terra, rompimentos de barragens, grandes acidentes. Cada vez mais é reconhecida a relevância da atuação de profissionais da Psicologia em contextos de riscos, emergências e desastres.

Assinale a opção que melhor descreve a importância da contribuição da Psicologia nessas situações.

- (A) As vítimas de desastres desenvolvem o Transtorno de Estresse Pós-Traumático e necessitam de intervenção individual psicoterápica e medicamentosa.
- (B) As populações já vulneráveis ou vulnerabilizadas pela situação de emergência e desastres precisam de assistencialismo para se recuperar de suas perdas humanas e materiais.
- (C) A Psicologia vai compor a rede de cuidados em intervenções que vão desde a prevenção até a recuperação no pós-desastre, atuando conjuntamente com diferentes setores.
- (D) O luto caracteriza-se enquanto uma reação psicopatológica frente ao fenômeno de perda de referências afetivas significativas decorrente da situação de desastre.
- (E) As intervenções psicoterápicas breves e de psicoeducação permitem explorar o modo como a pessoa experimentou as crises e os eventos pregressos de sua vida infantil.

**74**

Vera completou cinco anos como advogada em uma firma, mas sua carreira está estagnada porque ela não consegue falar em público. Vera teme tropeçar nas palavras, ruborizar, transpirar excessivamente, e vem se esquivando de participar de reuniões com clientes e de comparecer a eventos representando a firma, temendo ser alvo de avaliações negativas.

O quadro apresentado por Vera sugere o diagnóstico de

- (A) agorafobia.
- (B) transtorno de estresse pós traumático.
- (C) síndrome de Burnout.
- (D) fobia social.
- (E) transtorno depressivo persistente.

**75**

Assinale o conceito a seguir que **não** faz parte da Teoria de Personalidade desenvolvida por Jung.

- (A) Inconsciente coletivo.
- (B) Anima e animus.
- (C) Arquétipo de Grande Mãe.
- (D) Projeção da sombra.
- (E) Zona de Desenvolvimento Proximal.

76

Achille Mbembe é um importante pensador camaronês que faz uma releitura das noções ligadas ao racismo de Estado trazidas por Michel Foucault, juntamente com contribuições teóricas de outros autores também importantes para refletir sobre as relações entre Estado, violência e colonialidade. Como exemplo, a chamada guerra às drogas como política de Estado produz práticas de desumanização, criminalização e extermínio de grupos socialmente vulneráveis.

Para pensar essa forma de gestão, Mbembe cria o conceito chave de

- (A) biopoder.
- (B) biopolítica.
- (C) necropolítica.
- (D) banalidade do mal.
- (E) estado de exceção.

77

Sérgio é psicólogo organizacional e está organizando um processo de seleção e recrutamento de novos colaboradores. Sérgio quer fazer uma avaliação psicológica dos candidatos para uma seleção mais adequada às vagas disponíveis e, entre outros recursos, ele faz uso de testes psicológicos.

Para seu trabalho de seleção, Sérgio deve

- (A) escolher, em busca ao SATEPSI do CFP, os testes favoráveis para os construtos que ele quer avaliar.
- (B) aplicar testes de personalidade como o Teste de Apercepção Infantil e o Rorschach Clínico.
- (C) aplicar provas de conhecimentos específicos necessários para a execução das tarefas relacionadas aos cargos.
- (D) consultar o administrador de Recursos Humanos sobre os testes psicológicos a serem empregados na Avaliação Psicológica.
- (E) adaptar a aplicação dos testes psicológicos de forma a garantir suas qualidades técnicas e psicométricas.

78

Recentes alterações da lei Maria da Penha enfatizam a importância de que sejam pensadas propostas de reabilitação e educação dos agressores que pratiquem violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em função disso, experiências de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica vêm se multiplicando por todo o país com o objetivo de

- (A) substituir a pena que seria aplicada pelo magistrado no processo no Juizado.
- (B) ser um condicionante para reconciliação do casal depois da denúncia de violência doméstica.
- (C) funcionar como um espaço que possibilite a reflexão sobre o seu papel na construção da dinâmica de violência.
- (D) refletir sobre a importância das masculinidades e dos papéis sexuais para a sobrevivência das famílias.
- (E) considerar a corresponsabilidade da mulher nas agressões físicas que ela sofre pelo companheiro.

79

A Alienação Parental é um assunto bastante polêmico, de forma que o Conselho Federal de Psicologia emitiu a nota técnica nº 4/2022/GTEC/CG que versa sobre os impactos da Lei nº 12.318/2010 na atuação das psicólogas e dos psicólogos.

Um dos apontamentos críticos feitos em relação à lei da Alienação Parental é que seu texto

- (A) ignora a complexidade das situações de conflito familiar e promove a judicialização na qual mães e pais são reduzidos às categorias de vítima e algoz.
- (B) preconiza que os tribunais deveriam ser indicados para capacitar o(a) psicólogo(a) a discriminar no ato investigativo de avaliação psicológica a falsa denúncia de abuso sexual e o abuso sexual de fato ocorrido.
- (C) designa o psicólogo e/ou o assistente social como responsáveis por conduzir a “visitação assistida no fórum”, mas não define os parâmetros que devem nortear tal intervenção.
- (D) privilegia a realização de estudos técnicos por profissionais servidores públicos, discriminando e subvalorizando os profissionais externos ao judiciário e que atuam no âmbito privado.
- (E) define os procedimentos a serem adotados pelos profissionais para a identificação do ilícito civil com base nas normativas do Conselho Federal de Psicologia, contudo, não elenca todos os procedimentos específicos da profissão.

80

A Resolução CFP nº 31, de 15 de dezembro de 2022, estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI e revoga a Resolução CFP nº 09/2018.

Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. Documentos técnicos, tais como protocolos ou relatórios de equipes multiprofissionais são fontes fundamentais de informação.
- II. A utilização de testes psicológicos com parecer desfavorável, ou que constem na lista de Testes Psicológicos Não Avaliados no site do SATEPSI, será considerada falta ética.
- III. As psicólogas e os psicólogos não poderão elaborar, validar, traduzir, adaptar, normatizar, comercializar e fomentar instrumentos ou técnicas psicológicas, para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**81**

A resolução CFP 008/2010 dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário.

Com relação às atribuições e à interação profissional entre o perito e o assistente técnico, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) O psicólogo perito apresentará indicativos pertinentes à sua investigação que possam diretamente subsidiar o Juiz na solicitação realizada, reconhecendo os limites legais de sua atuação profissional, sem adentrar nas decisões, que são exclusivas às atribuições dos magistrados.
- ( ) Recomenda-se que o perito e o assistente técnico estejam presentes durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam os atendimentos, evitando, assim, contestação ou impugnação do documento psicológico.
- ( ) Para desenvolver sua função, o assistente técnico poderá ouvir pessoas envolvidas, solicitar documentos em poder das partes, entre outros meios.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

**82**

Em um contexto de reiteradas mortes de parte da população jovem, negra e periférica pela violência, a Psicologia Brasileira pode contribuir efetivamente para reverter a situação e promover uma sociedade mais igualitária e democrática, o que passa pelo enfrentamento das desigualdades raciais, de classe e gênero.

Avalie se entre os princípios capazes de balizar a inserção da Psicologia no campo da formulação, gestão e execução de políticas públicas de segurança no Brasil, incluem-se:

- I. Garantia e ampliação de direitos humanos.
- II. Direito à cidade aos diversos segmentos sociais.
- III. Investimento em políticas carcerárias e de combate ao crime organizado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

**83**

A Resolução CFP nº 6, de 29 de março de 2019, institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional.

De acordo com a Resolução, é correto afirmar que

- (A) a declaração tem por finalidade detalhar a prestação do serviço realizado e deve conter o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos.
- (B) é obrigatório, no atestado psicológico, o uso da Classificação Internacional de Doenças (CID) como fonte para enquadramento de diagnóstico.
- (C) o relatório visa a comunicar a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos com finalidade de produzir diagnóstico psicológico.
- (D) orienta-se no relatório multiprofissional que cada profissional faça sua análise separadamente, identificando, com subtítulo, o nome e a categoria profissional.
- (E) o laudo psicológico deve fornecer informações que ultrapassem a demanda e relatar o diagnóstico, o prognóstico, a evolução do caso e a medida institucional a ser tomada.

**84**

A violação aos direitos de crianças e adolescentes pode se manifestar de diferentes formas, sendo uma delas a negligência no atendimento às suas necessidades. É exemplo de negligência:

- (A) implantar falsas memórias referentes a abusos sexuais.
- (B) promover alienação parental comprometendo o vínculo com o outro genitor.
- (C) usar a criança ou o adolescente em atividade sexual em troca de remuneração.
- (D) deixar de prover alimentação nutritiva e variada por falta de recursos materiais.
- (E) deixar a criança sozinha e sem cuidados por longos períodos.

**85**

Existem aspectos da organização do trabalho que merecem atenção do psicólogo pois podem gerar efeitos deletérios sobre a saúde mental dos trabalhadores e repercutir na qualidade da vida familiar e social do trabalhador.

Assinale a opção que apresenta apenas fatores de promoção da saúde do trabalhador.

- (A) Pressão por resultados e ergonomia cognitiva.
- (B) Respeito aos direitos no trabalho e estímulo à capacitação dos trabalhadores.
- (C) Incremento do absenteísmo e programas de gestão de segurança e saúde.
- (D) Práticas de assédio moral e excesso de horas-extras.
- (E) Sobrecarga de trabalho e horários irregulares.

**86**

Luciana tem 26 anos e emagreceu muito após romper o noivado com Carlos Antônio. Apesar do emagrecimento considerável, ela considera que esteja com sobrepeso, expressando-se forma depreciativa sobre o seu próprio corpo e manifestando-se ansiosa a cada vez que tem que ingerir algum alimento, contabilizando as calorias a cada refeição.

Os sintomas de Luciana são sugestivos de

- (A) anorexia.
- (B) compulsão alimentar.
- (C) bulimia.
- (D) ansiedade alimentar.
- (E) comer emocional.

**87**

De acordo com a Instrução Normativa nº 78/2014 da Polícia Federal, é necessário garantir a aptidão psicológica dos interessados no manuseio de armas de fogo, comprovada por meio da submissão a uma bateria de instrumentos de avaliação.

São indicadores psicológicos restritivos para que o interessado seja considerado apto:

- (A) explosividade e adaptação.
- (B) influenciabilidade e imprevisibilidade.
- (C) prudência e vulnerabilidade.
- (D) controle e imaturidade.
- (E) equilíbrio e oposição.

**88**

De acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa nº 78/2014 da Polícia Federal, a expedição do laudo psicológico que ateste a aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e para exercer a profissão de vigilante deve ser baseada em bateria que deverá contar com, no mínimo,

- (A) 1 teste projetivo, 1 teste expressivo, 1 teste de memória, 1 teste de atenção difusa e concentrada e 1 entrevista semiestruturada.
- (B) 2 testes projetivos, 2 testes expressivos, 2 testes de memória, 2 testes de atenção difusa e concentrada e 2 entrevistas semiestruturadas.
- (C) 3 testes projetivos, 3 testes expressivos, 3 testes de memória, 3 testes de atenção difusa e concentrada e 3 entrevistas semiestruturadas.
- (D) 4 testes projetivos, 4 testes expressivos, 4 testes de memória, 4 testes de atenção difusa e concentrada e 4 entrevistas semiestruturadas.
- (E) 5 testes projetivos, 5 testes expressivos, 5 testes de memória, 5 testes de atenção difusa e concentrada e 5 entrevistas semiestruturadas.

**89**

A abordagem terapêutica desenvolvida por Jacob Moreno, aplicável a intervenções individuais e grupais, que permite a expressão livre e a exploração de sentimentos e pensamentos é

- (A) o teatro do oprimido.
- (B) o psicodrama.
- (C) a terapia cognitivo comportamental.
- (D) a terapia holística.
- (E) a terapia existencial.

**90**

Lucas, 19 anos, invadiu a propriedade de seu vizinho idoso, Sr. José, para furtar uma bicicleta. Alertado pelos latidos do cão, o idoso saiu de casa e surpreendeu Lucas saindo com a bicicleta.

Para fugir do local, Lucas atingiu o Sr. José que, na queda, teve os óculos quebrados e ferimentos no braço.

Uma prática de Justiça Restaurativa nessa hipótese buscará

- (A) qualificar como etarismo a ação de Lucas.
- (B) a admissão de culpa, por parte de Lucas, no processo judicial.
- (C) a reparação dos danos sofridos pelo idoso.
- (D) a participação compulsória do acusado pelo delito.
- (E) a absolvição sumária do jovem infrator.

**91**

Opiáceos são classificados como substâncias oriundas do ópio e opioides são produtos sintéticos fabricados em laboratório com ação semelhante à dos opiáceos.

Sobre esse grupo de substâncias psicoativas é correto afirmar que

- (A) opioides e opiáceos são usados para aliviar a dor, mas também provocam uma sensação de grande bem-estar e podem levar à dependência.
- (B) derivados do ópio como morfina e fentanil constituem um grande problema de saúde e de segurança pública já que são drogas ilícitas.
- (C) o desenvolvimento da tolerância pode ocorrer depois de um período do uso contínuo de opiáceos e opioides e os usuários passam a consumir doses menores.
- (D) a dependência de opioides e opiáceos acontece porque essas substâncias exercem uma ação perturbadora na atividade do sistema nervoso central.
- (E) o uso recreativo de cocaína faz parte da estratégia de redução de danos nos casos de dependência de heroína.

**92**

A reconhecida pesquisa de Psicologia Social realizada pelo psicólogo Philip Zimbardo na Universidade de Stanford, em que alunos simulavam o funcionamento de uma prisão, indicou a importância do grupo na compreensão da

- (A) inteligência.
- (B) resistência.
- (C) individualização.
- (D) desindividualização.
- (E) curiosidade.

93

Durante o século XX o desenho passou a ser utilizado como técnica de avaliação psicológica, como instrumento útil na investigação de habilidades cognitivas e de personalidade.

O *House-Tree-Person Test* ou Teste do Desenho da Casa – Árvore – Pessoa é o único teste gráfico projetivo para uso no contexto profissional da avaliação psicológica.

Ele objetiva

- (A) avaliar as habilidades cognitivas do sujeito que está sendo testado, dimensionando sua inteligência matemático-numérica e verbal.
- (B) compreender aspectos da personalidade do indivíduo, bem como a forma desse indivíduo interagir com as pessoas e com o ambiente.
- (C) dimensionar a capacidade que uma pessoa tem de focar a atenção ora em um estímulo, ora em outro.
- (D) fornecer uma medida referente à capacidade de um indivíduo para buscar dois ou mais estímulos simultaneamente.
- (E) avaliar a capacidade de memória visual de pessoas por meio de estímulos figurativos.

94

No decorrer de sua obra, Freud associa o caráter a certos tipos libidinais, ao mesmo tempo em que traça a sua distinção em relação ao sintoma. Na formação do caráter, há o predomínio de formações reativas ou até mesmo de sublimação, assumindo o seu papel de resistência em face das excitações pulsionais.

Por sua vez, o sintoma, característico das psiconeuroses, tem como base constitutiva o mecanismo de

- (A) forclusão.
- (B) denegação.
- (C) devaneio.
- (D) acting-out.
- (E) recalque.

95

Fábio foi apreendido quando praticava ato infracional análogo ao Tráfico de Drogas. Na audiência, o adolescente relatou que era dependente de cocaína, que traficava para manter seu vício e que aceitava fazer um tratamento. O Juiz aplicou a medida de semiliberdade para o adolescente.

Nessa situação, a medida socioeducativa aplicada a Fábio deve ser cumprida

- (A) em unidade que ofereça o programa de privação de liberdade mais próxima de sua residência.
- (B) no CAPSi para a realização do tratamento da dependência química.
- (C) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de seu bairro.
- (D) na Vara de Infância e Juventude com competência infracional.
- (E) em presídio comum, em carceragem separada da dos presos adultos.

96

A gestão por competências é uma abordagem que coloca as pessoas no centro da estratégia de gestão de recursos humanos, reconhecendo que suas competências são um ativo valioso para a organização. Além das competências técnicas, as competências comportamentais são importantes porque contribuem para o bom funcionamento de uma organização, para o bem-estar dos colaboradores e para o sucesso profissional.

São exemplos de competências comportamentais:

- (A) domínio de um segundo idioma e autogestão.
- (B) comunicação e conhecimento da legislação.
- (C) manejo de sistemas de informação e empatia.
- (D) pensamento crítico e liderança.
- (E) trabalho em equipe e subordinação.

97

Com relação ao fenômeno da violência conjugal avalie se as afirmativas estão corretas.

- I. Deixou de ser considerado restrito ao âmbito privado para ser compreendido como um grave problema de saúde pública.
- II. Mulheres que presenciaram violência conjugal entre seus pais na infância tendem a desenvolver maior autculpabilização se forem vítimas de agressões pelos parceiros, indicando uma perspectiva transgeracional da violência.
- III. Embora homens heterossexuais tenham mais dificuldade em confessar a violência sofrida pela parceira, estatísticas indicam que eles também sofrem violência conjugal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

98

A dinâmica da violência conjugal corresponde em geral a um processo cíclico, relacional e progressivo, composta por três fases. Uma dessas fases seria a principal responsável pela permanência dos cônjuges em relações violentas, pois seria alimentada pela esperança de um relacionamento melhor, calcado nas promessas e no arrependimento do agressor.

De forma persuasiva, o agressor convida a vítima para entrar, novamente, no circuito da situação abusiva.

Tal fase é chamada de

- (A) explosão.
- (B) lua de mel.
- (C) aumento de tensão.
- (D) redenção e superação.
- (E) amorosidade superficial.

**99**

Clarice e João casaram-se mas não conseguiram ter filhos biológicos, optando pela via da adoção; para tanto, ingressaram com processo de habilitação para adotar uma criança de até dois anos de idade. Como parte do processo, avalie se eles devem passar por estudo psicológico, que, entre outras intervenções, pode:

- I. Avaliar a maturidade do casal diante do projeto adotivo.
- II. Considerar o luto emocional diante da impossibilidade de gestação biológica.
- III. Investigar as condições socioeconômicas da família como condição para adoção.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

**100**

Gabriel é psicólogo clínico e atende uma jovem, Fernanda, com 13 anos de idade. Durante as sessões, a paciente relata que sofre reiteradas situações de humilhação, de vexame e de violência psicológica por parte de seu núcleo familiar.

Diante desse fato, o psicólogo

- (A) deve quebrar o sigilo profissional e notificar diretamente o Ministério Público da região.
- (B) pode decidir pela quebra de sigilo profissional baseando sua decisão na busca de menor prejuízo.
- (C) deve respeitar o sigilo profissional e sugerir a colocação de Fernanda aos cuidados da família extensa.
- (D) pode decidir pela quebra de sigilo profissional baseando sua decisão no fato de que se trata de uma adolescente e não criança.
- (E) deve respeitar o sigilo profissional mesmo sob conflito com o princípio de contribuir para a eliminação de quaisquer formas de violência, crueldade e opressão.



Realização

